

## AS RELAÇÕES DE TENSÃO PRESENTES NA HIBRIDEZ DO DISCURSO: UMA TENTATIVA DE DELIMITAR O OBJETO

Ana Zandwais<sup>i</sup>

**Resumo:** Este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, a partir do Projeto ‘Mikhail Bakhtin: contribuições para os estudos semânticos e discursivos’ e apresentado em Mesa-Redonda durante o I Seminário de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (UESC), tem como objetivo refletir sobre as condições de constituição e funcionamento do objeto discursivo com base na ótica de autores que expressam fundamentos importantes do pensamento russo-soviético acerca dos domínios da linguagem: Mikhail Bakhtin e Valentin Voloshinov. Com vistas a caracterizar, por outro lado, o funcionamento do discurso, como um objeto que é afetado, ao mesmo tempo, por questões de ordem social e histórica e por contingências empíricas que rompem com sua aparente estabilidade, buscamos também subsídios nos fundamentos da Semântica do Acontecimento, desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002). É a partir de tais relações que tentamos esboçar algumas características da condição de hibridez constitutiva do discurso.

**Palavras-chave:** Discurso. Enunciação. Dialética. Sentido.

**Abstract:** This study, developed at the Project ‘Mikhail Bakhtin: contributions to studies on semantics and discourse’ at Post-Graduate Center of languages studies (UFRGS), and presented in a round-table during the First Seminar On Discourse And Argumentation’ (UESC), aims to reflect on conditions of the way discourse, taken as an object, is constituted and functions according the point of view of authors who express important sources of Russian-soviet ideas around the domains of language: Mikhail Bakhtin and Valentin Voloshinov. On the other hand, proposing to characterize discourse as an object that is moved, at the same time, by social and historical questions which break of with its apparent stability, we also bring to this study foundations based on ‘Semantics of Event’, developed by Eduardo Guimarães (2002). By following these relationships we outlined some aspects of the hybrid condition, constitutive of discourse.

**Keywords:** Discourse. Uttering. Dialectic. Sense.

---

<sup>i</sup> Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. E-mail: zand@hotmail.com.

*Os seres humanos não se entendem entre si porque confiam realmente nos signos indicativos das coisas, ou porque estabelecem que todos deverão produzir exatamente os mesmos conceitos.*

*Ernst Cassirer (A Filosofia das formas simbólicas)*

Pensar sobre a condição estruturante do discurso, em seu funcionamento concreto, implica pensar sobre o modo como os sentidos trabalham na linguagem, sem que possam ser integralmente traduzidos pelas formas sintáticas. Mas esta tarefa implica também pressupor que há, na própria concepção do objeto discursivo, um espaço que precisa ser constituído por múltiplas relações transversas: a) as relações entre história e acontecimento; b) as relações entre temporalidade e enunciação; c) as relações entre sentido e linguagem.

Segundo nossa ótica, uma das maiores dificuldades para tratar com o objeto discursivo consiste no fato de que, mesmo sendo de natureza linguística, ele escapa ao olhar do linguista como ‘dato empírico’, já que o ordenamento do discurso é, ao mesmo tempo, constituído como reflexo das relações permanentes de contradição entre as superestruturas e a infraestrutura (as forças sociais) e como processo que precisa ser compreendido a partir de diferentes práticas que espelham as relações de produção de um determinado corpo social.

Ao inscrevermos, deste modo, o objeto discursivo nos âmbitos político-jurídico, social, histórico e simbólico, queremos colocar em destaque os fatos de que: a) a materialidade discursiva é constitutivamente heterogênea; b) a língua, enquanto um corpo material de um corpo social, conforme Bakhtin/Voloshinov (1986), está sempre na dependência de outro corpo que lhe é externo e, simultaneamente, precisa fundir-se a ele para significar. É este o princípio dialético que funda a condição da língua, ao mesmo tempo, como matéria estruturante, mas não autônoma do discurso.

O lugar da enunciação, no quadro dos estudos linguísticos, por outro lado, sempre foi

descrito de modo incerto pelos linguistas, conforme Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 140). Quanto maior a aproximação “com as fronteiras do discurso, da enunciação completa,” pelo linguista, “menos segura torna-se a sua posição”, já que as categorias morfológicas e sintáticas deixam de ser dominantes quando é preciso sair do âmbito da estrutura da língua, das categorizações e das determinações linguísticas. As condições que convertem as categorias linguísticas em enunciados concretos, segundo Bakhtin/Voloshinov, estão situadas fora do sistema da língua, e para tratar da enunciação como um fenômeno discursivo, é preciso, em primeiro lugar, superar as relações de fragmentação entre as ordens do linguístico e do ideológico, já que o discurso não pode ignorar nem seu conteúdo formal – a matéria linguística – nem suas formas de orientação sociológica que pressupõem interações dialógicas múltiplas e que retratam as tendências de inscrição dos signos em universos sociais e históricos complexos e heterogêneos.

Mikhail Bakhtin (1990, p. 85), em “O Discurso na Poesia e o Discurso no Romance”, coloca em pauta uma questão que entendemos ser fundamental para tratar do discurso. Ele observa que os fenômenos discursivos não podem ser reduzidos aos limites do discurso dialógico empírico, como fazem os linguistas, uma vez que a orientação dialógica do discurso envolve não somente relações de imbricação entre o discurso de outrem no discurso de cada um, mas também orientações para múltiplas linguagens sociais nos limites de um mesmo horizonte sócio-ideológico. É a partir desta acepção que podemos delimitar, na obra de Bakhtin, uma concepção de discurso que o caracteriza por sua hibridez. Desde esta ótica, o que define o objeto discursivo e as condições em que a enunciação se realiza como ato concreto de dizer seria, para Bakhtin, “a resistência substancial e multiforme do discurso de outrem”, que se interpõe,

questiona, contesta, enfim, dá trabalho àquele que fala, aquele que tematiza um objeto já sedimentado por definições, avaliações, julgamentos de outros, mas, ao mesmo tempo, reconfigura este objeto.

De acordo com esta perspectiva, para Bakhtin, entre o enunciável e o objeto interpõe-se o processo de interlocução que orienta o percurso discursivo de um tema, tornando complexa a rede de relações e o modo como seus sentidos trabalham, reativando e reformulando “os fios dialógicos” já existentes, de tal modo que o “centro organizador de toda enunciação, de toda expressão não é interior, mas exterior” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1986, p. 121).

Esta problemática bem complexa é também retomada por Guimarães (2002) e colocamos em evidência, aqui, a concepção enunciativa dele com vistas a tangenciar uma questão que se constitui em objeto de reflexão tanto de Bakhtin (1990), como de Voloshinov (2011) e da qual nos ocuparemos, fundamentalmente, neste estudo. Trata-se das relações entre o acontecimento e a enunciação que possibilitam pensar a condição do objeto discursivo não como uma extensão do objeto linguístico, mas a partir de uma relação dialética com ele.

Segundo Guimarães (2002, p. 11), a enunciação precisa ser entendida a partir de sua inscrição no acontecimento: enquanto diferença tomada em sua própria ordem. E tomar a diferença em sua própria ordem implica tratar a enunciação para além dos paradigmas linguísticos, implica uma ancoragem em referências que seriam consideradas exotópicas para Bakhtin/Voloshinov (1986), convocando tanto uma reflexão sobre a condição de subjetividade do sujeito, como um estudo mais específico em torno das formas de inscrição dos enunciados no acontecimento.

A condição de subjetividade em Guimarães (2002, p. 12) nos remete para um sujeito “tomado na temporalidade do

acontecimento”, É, pois, o acontecimento que temporaliza e que se configura pela existência de um presente, o qual possibilita uma latência de futuro. É desta condição transversa que emergem sentidos outros, e dela deriva um “depois incontornável”.

Deste modo, o acontecimento instaura uma nova ordem do real que possibilita tematizar determinados objetos de modo a ressignificá-los, projetando novos sentidos que movimentam a enunciação para direções inesperadas.

Passar, portanto, do plano da língua para o plano do discurso implica ter de repensar, sobretudo os lugares a serem atribuídos ao sujeito, a temporalidade e a enunciação no objeto discursivo. Não há mais como ignorar, desde uma perspectiva enunciativa, o papel fundamental que os domínios da memória exercem sobre o sujeito e que se tornam determinantes para a produção dos sentidos, pois, conforme Guimarães (2002, p. 14), “o sujeito só é sujeito enquanto afetado pela memória de sentidos, pelo interdiscurso”.

Falar, portanto, é “estar na memória” e através dela penetrar no tempo. Deste modo, não há mais como preservar-se apenas uma dimensão empírica de temporalidade desde uma ótica discursiva. O acontecimento dentro do qual se fala, conforme Guimarães, constrói um espaço próprio de temporalização, de tal modo que este recorta o passado como memorável, conferindo-lhe outras interpretações, redefinindo-o à luz de novas articulações postas entre a memória e o contingente. É esta singularidade de convergência entre o memorável e o presente, segundo nossa ótica, que movimenta a enunciação para a produção de novos sentidos, ou seja, para a latência de futuro. Trata-se, pois, em Guimarães, de focalizar o discurso como acontecimento a partir de domínios espaciais e temporais não lineares que ressoam na memória do sujeito e que movimentam a enunciação.

Na perspectiva de Bakhtin (1990) esta questão também se coloca em toda sua plenitude. O discurso somente pode ser entendido como expressão de relações que inscrevem em seu funcionamento cruzamentos entre vozes sociais produzidas em tempos e espaços distintos, as quais, tomadas na contingência do acontecimento, produzem amálgamas, tornando opacas as fronteiras entre os conteúdos do enunciável, suas formas de propagação e de produção de sentidos.

É a esse processo de interligação entre relações temporais e espaciais que escapa a linearidade do próprio tempo e a linearidade do próprio espaço que Bakhtin (1990) denomina de *chronotopos*<sup>1</sup>.

É justamente nesta fusão que se cruzam vozes, tempo e espaço, concretizando-se sob a modalidade de enunciados complexos que os próprios enunciados tornam-se concretos; isto é, inscrevem-se em uma dimensão histórico-social, configurando o ordenamento do discurso como um objeto híbrido e dialético que se reveste de sentidos a partir da confluência de um anterior, de um exterior e de um interior heterogêneos.

É preciso, por outro lado, também considerar que, sob uma ótica sociológica, o discurso (*rech*) não pode abdicar de suas relações com o político, enquanto um espaço onde, na convergência entre o histórico e a contingência, são colocados em cena os embates sociais sob a forma de contradições. Desta forma, o político vem a constituir-se, conforme Bakhtin/Voloshinov (1986), “na arena” onde as contradições afloram, as correlações de força entre as classes se travam. E o seu material semiótico constitutivo não é homogêneo: por um lado, sustenta-se com práticas sociais distintas que representam os modos de produção das diferentes classes e, por outro, com signos ideológicos que atestam

os valores simbólicos que as práticas carregam consigo e inscrevem na enunciação.

Assim, o advento do político emerge na obra de Bakhtin/Voloshinov “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1986) como condição para explicar de que modo a contradição opera para caracterizar tanto as relações contraditórias entre Estado e sociedade – as superestruturas e a infraestrutura – como as formas através das quais a superestrutura coloca-se diante das forças sociais e de que modo estas constroem os imaginários com os quais se representam na ordem social, a partir das relações mais ou menos conflitantes que mantêm com a superestrutura.

Desde esta ótica, então, é pelo político que se pode compreender a divisão do real, a que Guimarães (2002) faz referência, enquanto um espaço-tempo em que se produz a representação dos modos de pertencimento dos sujeitos à sociedade, bem como se pode refletir sobre as condições em que a superestrutura pauta suas ações, promovendo a exclusão, a divisão, o silenciamento e o descaso para com as forças sociais; sobretudo, em circunstâncias em que a superestrutura paira acima e “além” da sociedade<sup>2</sup>, instaurando acontecimentos que intervêm no processo de subjetivação dos sujeitos, nas próprias relações do sujeito com o Estado, com consequências imprevisíveis.

Mas, se o signo somente pode trabalhar sobre os desdobramentos que os sentidos adquirem nos planos simbólico e histórico-social se inscrito em enunciações concretas produzidas em acontecimentos vividos, então, para que possamos pensar nas formas como o sujeito se subjetiva através de sua enunciação, é preciso que pensemos, antes de tudo, que o acontecimento, inscrito na ordem do político, precisa romper tanto com as condições “objetivas” que atestam a empiria da unicidade

---

<sup>1</sup> Conforme Bakhtin (1990, p. 211), o termo *chronotopo* foi originalmente empregado nas ciências matemáticas e foi fundamentado a partir dos pressupostos da Teoria da Relatividade de Einstein.

---

<sup>2</sup> É importante salientar que, nos regimes democráticos, a superestrutura precisa colocar-se a serviço da sociedade, ao invés de distanciar-se, de colocar suas metas divorciadas dos interesses desta.

do sujeito, como desestruturar a estabilidade semântica das palavras (slovo) enquanto signos.

O acontecimento, desde esta ótica, constrói uma deontologia que divide os sujeitos tanto em relação aos sentidos que estes incorporam em sua enunciação, como em relação aos conjuntos de vozes sociais, as quais estes se filiam e que vem delimitar seus espaços de enunciação.

É, portanto, o modo como sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na ordem simbólica e nas relações de conflito inscritas na ordem social, segundo nossa ótica, que permite representar, de forma empírica, as relações dialéticas entre a superestrutura e as forças sociais e o próprio processo de correlação de forças entre diferentes esferas de poder e da sociedade.

Tratar, deste modo, do “acontecimento do enunciado” – *sobytie vizkazivanie* – tal qual este é qualificado por Voloshinov (2011), implica compreender que enquanto as fronteiras entre as enunciações são tênues, porquanto a própria enunciação se constitui como um composto híbrido de espaço-tempo, de vozes e sentidos, as posições ideológicas, a que tais vozes remetem, são marcadas, ainda que não sejam transparentes no plano da materialidade linguística, porquanto o material semiótico discursivo se constitui nos limites das fronteiras entre os corpos estrutural e social.

Eis a condição do discurso, qualificado por Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 104): há um “abismo intransponível” entre a materialidade da língua – a sintaxe – e os problemas de constituição do discurso, porque a sintaxe se esgota no sistema linguístico e a materialidade que constitui os enunciados tomados no acontecimento somente pode ser percebida quando inscrita em um universo social e em um domínio ideológico. E nos domínios da ideologia, segundo Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 107) não há lugar para relações “objetivas” “universais”, capazes de delimitar os sentidos

que as palavras adquirem como decalque da realidade, já que as mesmas palavras, se tomadas, por exemplo, como réplicas de diálogos, podem figurar em contextos conflitantes e assumir valores totalmente distintos, estando em consonância ou em discordância com um determinado valor histórico já cristalizado na língua.

O que caracteriza o trabalho dos sentidos no discurso, desde esta ótica, é a pluralidade de acentos avaliativos, de valores que as palavras adquirem em condições de produção distintas, de tal modo que o fenômeno da polissemia passa a ser uma das condições estruturantes do funcionamento orgânico da língua. Só há oposição entre denotação e conotação quando se opõe a língua viva, a linguagem utilizada no cotidiano, as conversações concretas que se realizam nas diferentes esferas da vida social e onde se inscrevem diferentes acentos ideológicos, a uma língua cristalizada, predominantemente representada como sendo monossêmica, colocada fora de condições concretas de uso e de transformação. A língua, neste caso, é tomada como mero objeto de conhecimento, uma língua irreal porquanto incapaz de absorver, refletir as determinações causais que a afetam em virtude do modo como as forças sociais atuam sobre ela.

Os linguistas criam a ficção de que as significações constituem um recorte único da realidade no interior de um sistema, enquanto para os domínios do discurso nenhum significado é “objeto único, idêntico a si próprio” (1986, p.106), uma vez que as relações entre os signos e os significantes tanto se inscrevem em universos histórico-sociais distintos, como dependem da corrente dos acontecimentos dos quais os sujeitos são ao mesmo tempo protagonistas e experienciadores. E conforme Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 111), toda forma de expressão comporta duas facetas: um conteúdo interior e sua objetivação exterior para outrem, de tal modo que, ainda que

indissociáveis, o conteúdo interior e suas formas de objetivação não se definem por um centro organizador comum.

É a expressão que organiza e determina o trabalho enunciativo, pois a “palavra viva” é aquela que tanto toma forma na memória porque tem origem em um outro, como porque se dirige ao outro. Ela é “função do outro”, ou seja, das representações simbólicas que ela adquire em horizontes sociais definidos a partir das experiências vividas pelo sujeito e dos campos de criatividade ideológica nos quais se inscreve (cultural, científico, jurídico, político, artístico, etc.).

Assim, para Bakhtin/Voloshinov, a palavra não é nem propriedade daquele que fala, nem daquele para quem se fala, seu lugar é constitutivamente o de uma fronteira, determinada, por um lado, pelo estoque social de signos que configuram os interesses das classes e dos grupos e, por outro, por situações sociais imediatas que lhe determinam as ressonâncias.

A palavra (*slovo*) pode ser comparada, desta forma, a uma ponte: território por onde todos passam, mas que não pertence a quem a atravessa, suas formas de orientação social expressam a relação dialética entre o vivido – o experienciado – o sentido – experimentado – e os valores que ela adquire configuram-se como valores que representam as formas através das quais os sujeitos se reconhecem no coletivo e orientam suas experiências conferindo-lhes determinados acentos axiológicos.

A fim de explicitar a condição do acento valorativo que as palavras adquirem nos acontecimentos, tomemos um exemplo de Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 115) quando se reportam a uma situação vivida por homens famintos, em meio a um contexto de outros homens famintos (desempregados, mendigos, sujeitos que vivem abaixo do limite da pobreza) que precisam alimentar-se. Um homem pode tomar consciência de sua condição de miséria: a) como um

acontecimento “fortuito”, independente da possibilidade de se reconhecer com os outros que sofrem as mesmas privações como uma classe. A pobreza, a miséria, para este sujeito será identificada à vergonha, ao sentimento de inferioridade, à rejeição individual, aos infortúnios de seu destino, mas jamais às formas de exclusão que a sociedade em que vive o condena.

Outro homem pode, no entanto, tomar consciência do lugar que ocupa na sociedade em que vive a partir do modo como a própria sociedade que o exclui o representa: pode, assim, reconhecer-se como um marginal, como um ladrão, alguém que vive à margem da lei.

No primeiro caso, o discurso sobre a pobreza se revestirá de um acento de resignação, de penitência, de sentimento de vergonha. Ele pode se aproximar de seu interlocutor relatando-lhe as privações sofridas, a infelicidade, as tragédias de sua vida, a fim de pedir-lhe auxílio. No segundo caso, o diálogo com o interlocutor não mais se configura como “um drama pessoal”, ele pode vir carregado pela necessidade de negação de uma imagem que lhe é conferida externamente e que ele “cola” à sua condição de miséria como sendo algo “natural”. Assim, pode aproximar-se de seu interlocutor para pedir auxílio, já negando que não rouba, não extorque, não pratica atos de maldade contra o próximo, mas pede porque necessita.

Conforme podemos observar, não é a fome, a privação em si, que organiza o eixo enunciativo destes sujeitos ao interpelarem seus interlocutores para obter auxílio material, mas os modos como eles tomam consciência das experiências vividas e do meio social em que vivem e passam a se representar a partir destes. O “modelo” de discurso de cada um, a forma de expressão, tomada, neste caso, na contingência do limite de privação social, será orientada, por um lado, de acordo com o grau de alienação do sujeito em relação às formas como a sociedade o exclui, ou ainda, de acordo com o modo como a sociedade produz

ressonâncias para significar as condições de existência dos excluídos, e, por fim, com o próprio lugar que ele atribui a si para poder interpelar seu interlocutor. Assim, enquanto o primeiro homem pede desculpas por ter de pedir, o segundo age de forma coercitiva, intimidando o seu interlocutor.

Bakhtin observa que não há como pensar sobre o enunciado concreto sem considerar que “este surge de maneira significativa num determinado contexto social e histórico” tocando “milhares de fios ideológicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto” (1990, p. 86). É, pois, desde uma perspectiva heterofônica que o enunciado concreto inscreve-se de modo ativo nas formas de diálogo que presidem o corpo social, constituindo-se como participante ativo deste diálogo, na medida em que incorpora, em seu interior, as suas marcas: isto é, responde às falas do corpo social como uma réplica, como uma tentativa de dar consistência ao seu objeto, constituído por este corpo maior, e, ao mesmo tempo, imprimindo neste corpo suas marcas, na medida em que toma consciência do modo como as palavras “alheias” fazem eco ao seu discurso, e possibilitam reorganizá-lo como sentidos “próprios” que se engendram nos domínios da história e do acontecimento.

As diferentes facetas estilísticas e semânticas do discurso, sob esta ótica, são compiladas a partir de processos de interação dialógica com as relações de produção, com as experiências cotidianas, mediatizadas pelos signos que materializam modos de produção da consciência sobre a condição dos objetos<sup>3</sup>.

O interpretável na ordem do discurso, portanto, coloca-se como um trabalho de mediação entre os sentidos tomados da

experiência vivida, da palavra do outro, e os valores que estas adquirem na palavra de cada um dentro de um processo dialógico, onde os sentidos tornam-se complexos por não serem nem individuais, nem universais e por adquirirem contornos próprios. Trata-se, aqui, do que Guimarães (2002, p. 12) designa como o “depois incontornável”, isto é, trata-se dos novos sentidos que irrompem na consciência do sujeito a partir das condições em que suas experiências são mediatizadas pela ordem simbólica.

Os sentidos, desde esta ótica discursiva, que são notadamente materialista e dialética, não podem prender-se simplesmente às experiências mais imediatas do sujeito, às sensações e às percepções a que elas remetem, mas precisam encontrar sustentação nos modos como as formas simbólicas adquirem determinados valores e são mediatizados por condições heterogêneas.

A partir da ótica de Bakhtin/Voloshinov (1986), portanto, todas as condições de representação dos objetos precisam do trabalho de mediação que pressupõe um movimento na perspectiva de diluir as relações de imediatismo entre a realidade e a ordem do simbólico. Os domínios da “palavra interior”, enquanto da ordem do interpretável não existem sem que se conheçam as condições exotópicas que o determinam, sem que se considerem os diferentes constituintes que a compõem como uma forma de objetivar as sinapses entre a realidade vivida e os valores simbólicos que os significantes adquirem.

Para complementar, as questões propostas por Mikhail Bakhtin, em “O Discurso na Poesia e o Discurso no Romance” sobre o funcionamento discursivo, permitem que estabeleçamos também correlações entre os domínios do discurso e da dialogia: “O discurso nasce do diálogo como réplica viva”, constitui-se a partir de um conjunto de orientações que tanto encontram eco no discurso alheio como respondem a esse discurso. Deste modo, conforme Bakhtin,

<sup>3</sup> É importante salientar, conforme Bakhtin (1990), que é no nível de produção de uma consciência sobre a relação do sujeito com os objetos que se pode configurar a condição inteligível, a partir da qual o “retorno” do objeto não se dá em relação a si mesmo, como ocorre nas formas de simbolização, de “consciências primitivas”.

mesmo se constituindo “na atmosfera do já dito” (1990, p. 89), o discurso é orientado, ao mesmo tempo, para o discurso-resposta – o que ainda não foi dito, mas que foi convocado a surgir e que já era esperado. É, na função responsiva, portanto, que reside a força essencial do discurso, na medida em que é ela que tira o locutor, que é ao mesmo tempo interlocutor, de uma função passiva e coloca o diálogo interno em contraponto com o diálogo externo, produzindo consequências importantes, abstraindo o dizer da esfera da reprodução. Este seria um dos argumentos fundamentais, de acordo com a ótica de Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 47) de que a “verdade viva” está sempre permeada pela contradição entre o que se reproduz e o que se transforma, entre “a estabilidade do ontem e a instabilidade do amanhã”.

É esse processo, pois, que permite configurar as condições de funcionamento do discurso como um exercício de expressão regulado por uma lógica intersubjetiva orgânica que pode ser traduzida pelo princípio de que o fundamento da não-reprodução do já dito repousa no trabalho ativo da função responsiva. É este lugar – de contradição – que constitui o entrecruzamento entre o dizer e suas consequências, e que, segundo nossa ótica, é o lugar onde os sentidos tornam-se orgânicos porque estão implicados em respostas que convocam o exercício do deslocamento, da transformação da “palavra já cristalizada” em palavra mutável, sujeita a contingências externas que a convocam, de modo permanente, para um trabalho de metaforização.

### Considerações finais

Este estudo buscou levantar algumas questões com vistas a caracterizar as condições concretas de funcionamento do discurso, a partir de pressupostos da Semiótica de vertente russa e da Semântica do Acontecimento. A partir de um olhar para as questões exotópicas e para o

trabalho das estruturas linguísticas, tentamos investigar as relações de complexidade que permitem caracterizar o objeto discursivo como uma unidade heterogênea. São tais questões, portanto, que nos permitiram compreender a condição do objeto discursivo como uma construção inegavelmente híbrida. Sendo, de um lado, orientado tanto social como historicamente, remete para os traços dominantes que caracterizam suas tendências ideológicas; de outro, é orientado em relação às condições materiais concretas – estruturais – sem as quais, não seria possível caracterizar seu funcionamento, e, que se transformam, adquirindo novos sentidos nas contingências em que se produz o “acontecimento do enunciado”.

### Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Edições Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. (VOLOSHINOV, Valentin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira et al. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. A linguagem. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxisme et philosophie du langage**. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Traduction du russe par Patrick Sériot et Inna Tylkowska-Ageeva. Limoges, Ed. Lambert-Lucas, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Ed. Pontes, 2002.

ZANDWAIS, Ana. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História das idéias: diálogos entre linguagem, cultura e história**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2012.